

# A hegemonia europeia no Comitê Olímpico Internacional

<http://dx.doi.org/10.11606/1807-5509201700010291>

Sérgio Settani GIGLIO\*  
Katia RUBIO\*\*

\*Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil.  
\*\*Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

## Resumo

Ao longo de mais de um século de existência o Comitê Olímpico Internacional (COI) teve apenas nove presidentes em sua história. Embora o fundador do COI, o barão Pierre de Coubertin, tenha procurado internacionalizar a entidade o Movimento Olímpico historicamente apresentou um predomínio europeu na gestão do esporte olímpico. A proposta desse artigo é fazer uma análise comparativa das biografias oficiais dos presidentes do COI disponibilizadas no site da instituição com os documentos oficiais do COI (o Boletim Olímpico e o site oficial) e os jornais de época (Folha da Manhã, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo). Por meio da análise dessas diferentes fontes identificamos críticas da gestão de cada presidente para além das imagens construídas pelo discurso oficial.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento olímpico; Presidentes; Biografias; Jogos olímpicos.

## Introdução

Existe uma conexão direta entre Jogos Olímpicos e seu idealizador, o barão Pierre de Coubertin. Sua capacidade de articulação política fez da renovação dos antigos Jogos Olímpicos um evento secular e que ocupa no calendário esportivo uma posição de destaque na Era Moderna. Mesmo após a sua morte, ocorrida em 1937, o Olimpismo continuou a existir. Como defendia que “A história permite-lhe situar sua ideia no contexto histórico e leva-la ao êxito”<sup>1</sup> (p. 26), a proposta desse artigo foi fazer uma análise comparativa das biografias dos presidentes do COI disponibilizadas na página oficial da instituição, onde estão contidas informações sobre a gestão de cada um deles, com outras fontes documentais que apresentaram as biografias ou referências ao momento em que esses presidentes estavam no cargo. Pretende-se com esse procedimento mostrar a distância que existe entre os discursos oficiais construídos posteriormente à gestão do presidente, permitindo que se solidifique uma imagem distinta das ações realizadas por esses presidentes.

Ao longo dos seus 120 anos de existência o Comitê Olímpico Internacional (COI) teve apenas nove presidentes em sua história. O Movimento Olímpico se solidificou como sendo parte integrante do contexto europeu fato que pode ser

observado no predomínio dos presidentes desse continente (oito da Europa e apenas um norte-americano), dos membros da entidade (sempre houve maioria europeia) e pelas sedes escolhidas para a realização dos Jogos Olímpicos de verão (50% das cidades foram da Europa contra 23% das Américas, 20% da Ásia e 7% Oceania).

Essa hegemonia aponta para os rumos políticos que envolvem o Movimento Olímpico bem como para as questões de ordem comercial que ganharam uma nova dimensão a partir do processo de profissionalização dos Jogos Olímpicos, especialmente, a partir da década de 1980.

Embora DAMO<sup>2</sup> faça uma análise dos dirigentes do futebol as suas considerações servem, por extensão, para entender a dinâmica do poder que envolve os dirigentes olímpicos, uma vez que a lógica que prevalece na Federação Internacional de Futebol Association (FIFA) é a mesma para os demais esportes em diferentes níveis. Afirma o autor que esses dirigentes são, em sua maioria, recrutados entre as camadas médias e a elite social. É raro terem relação anterior com o futebol, mas atendendo a diferentes interesses são levados a ocupar cargos estratégicos de gestão, passando a pertencer a rede de poder que os permite determinar os rumos do esporte que controlam.

Muitos membros do COI foram atletas olímpicos e estiveram envolvidos com as federações de alguma modalidade de seus países. Esses aspectos fazem com que os nove presidentes do COI se enquadrem nesse perfil e como constituição das representações que se forjam em suas biografias eles são detentores de uma série de capitais (simbólico, político, cultural e econômico), para usar um termo de BOURDIEU<sup>3</sup>, e que fornece a credibilidade e a chancela para ocuparem esse cargo. Esse capital permite que os dirigentes consolidem sua rede de agentes e por meio destes se mantenham no poder. Conforme BOURDIEU<sup>3</sup>, uma das tarefas essenciais da história social do esporte é estudar a sua própria fundação como modo de entender a sua genealogia e, por consequência, a “aparição de seu objeto como **realidade específica** irreduzível a qualquer

outra” (p. 137, grifo do autor).

O objetivo desse artigo é apresentar as biografias oficiais dos presidentes do COI, conforme documentos oficiais do Comitê, apontando o contexto político no qual os presidentes pertenciam. Essa investigação revela a composição do COI, a partir de seus dirigentes por continente, facilitando assim o entendimento da dinâmica do campo esportivo olímpico e, por consequência, as várias rupturas ocorridas ao longo do último século de modo a indicar os possíveis rumos do esporte olímpico e do Movimento Olímpico no futuro. A sustentação desse grupo restrito de presidentes provenientes da Europa se torna inteligível quando se faz uma análise da origem dos membros do COI em cada momento histórico ao tornar evidente a circularidade do poder dentro do Movimento Olímpico.

## Método

Essa pesquisa é fruto de uma investigação histórica acerca das biografias dos presidentes do COI. O corpo documental que compõe os dados foi obtido a partir da consulta às informações documentais<sup>4</sup> contidas nos Boletins Olímpicos e Relatórios dos Jogos Olímpicos, além das biografias disponibilizadas pelo site do COI, sendo ambas publicações oficiais da entidade. Como essas fontes traziam, de forma recorrente, visões positivas da história dos presidentes, para fazer o contraponto a essa visão solidificada por meio da chancela oficial do COI foram consultados trabalhos acadêmicos que abordavam os presidentes da entidade e também foram consultadas fontes jornalísticas (*Folha da Manhã*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) seguindo dois recortes específicos: o ano em que os presidentes do COI se retiraram do cargo e o ano de falecimento do presidente quando essa condição se aplicava. Esse recorte foi estabelecido pelo fato de que nesses momentos, frequentemente, os jornais retomavam a biografia dos presidentes. Uma limitação do estudo foi a ausência de informações biográficas de alguns presidentes do COI (Vikelas, Latour e Edström) nos jornais brasileiros consultados.

Por meio dessa documentação temos claro que, tanto a biografia retratada nos documentos oficiais quanto as opiniões expressas pelos jornais, indicam a verdade do seu narrador/veículo de informação e para o corpo desse artigo revelam o modo como cada um analisou os fatos e contou a sua verdade, e não teve como objetivo validar a verdade sobre algum fato.

Os documentos e os jornais foram utilizados como sendo testemunhos, ciente da observação feita por BLOCH<sup>5</sup> quando entende que “o vocabulário dos documentos não é, a seu modo, nada mais que um testemunho precioso, sem dúvida, entre todos; mas como todos os testemunhos, imperfeito; portanto, sujeito à crítica” (p. 142). É preciso ressaltar que os boletins oficiais e os jornais podem conter erros, imprecisões ou omissões. Sobre os documentos LE GOFF<sup>6</sup> completa “[...] um documento ‘falso’ é um documento histórico e pode ser um testemunho precioso da época em que foi forjado e do período durante o qual foi considerado autêntico e, como tal, utilizado” (p. 109).

O pesquisador deve saber interrogar<sup>3</sup>, mas somente será possível esse exercício se tiver acesso aos documentos e/ou entrevistas que possibilitem o questionamento e a interação com a pesquisa. LE GOFF<sup>6</sup> (p. 109) baseado em Michel de Certeau afirma que é preciso questionar as lacunas das documentações históricas. Nesse sentido, as biografias oficiais apresentam os presidentes do COI sob a ótica do sucesso e realizações em prol do Movimento Olímpico. Essa valorização do papel desempenhado pelos seus presidentes faz com que o COI produza uma visão parcial e, muitas vezes, acrítica desses personagens. Portanto, a análise documental realizada teve como base a definição proposta por ARÓSTEGUI<sup>4</sup> como sendo “[...] o conjunto de princípios e de operações técnicas que permite estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo

de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico” (p. 508).

Como suporte para sustentação de toda argumentação e análise da hegemonia europeia no COI, foi utilizada a periodização proposta por RUBIO<sup>7</sup> com uma pequena alteração referente a cada período definido pela

autora a partir das datas dos Jogos Olímpicos, pois ao ampliarmos os anos de cada fase contemplamos as decisões do COI tomadas antes de alguma edição dos Jogos Olímpicos e não somente ao período referente ao evento em si. Com isso, os períodos referentes à periodização foram ampliados.

## Resultados e discussão

### O COI e os seus presidentes: a hegemonia europeia

Em 1892, Pierre de Coubertin utilizou como estratégia uma sondagem para analisar se haveria adesão para a formação de um Comitê Olímpico Internacional ao invés de ser apenas britânico<sup>8</sup>. Como a sua ideia foi rapidamente aceita, em junho de 1894, foi realizada a Conferência Internacional na Universidade Sorbonne, em Paris, quando então se buscou definir internacionalmente as regras do esporte amador com vistas a promover a celebração dos Jogos Olímpicos da Era Moderna<sup>9</sup>. Segundo RUBIO<sup>10</sup>, estiveram presentes a esse evento aproximadamente duas mil pessoas, sendo que 79 delas representavam sociedades esportivas e universidades de 13 nações.

Embora nesse primeiro Congresso tenha sido discutida a unificação das regras para o desenvolvimento dos Jogos Olímpicos da Era Moderna ele representou um marco para a história do esporte pelo fato do COI ter sido criado naquele momento. Portanto, do ponto de vista simbólico os Congressos representam para o COI muito mais do que definir regras. É um espaço definidor de políticas da entidade no qual foi criada a Carta Olímpica, documento que norteia o Olimpismo e os Jogos Olímpicos até o presente, onde são revistos os códigos, estabelecidas novas regras e são adotadas políticas que tentam atualizar as normas olímpicas ao movimento social presente como foi o caso da Agenda 21 ao propor que o esporte contribua para o desenvolvimento sustentável e a política de cotas para a participação feminina nas posições de comando.

Apesar de Pierre de Coubertin ser o membro número um do COI, o primeiro presidente da entidade foi o grego Demetrius Vikelas (membro número três), pois Pierre de Coubertin estipulou

que o presidente do COI deveria ser do país sede dos Jogos Olímpicos<sup>11</sup>. Embora Coubertin desejasse que Paris fosse a primeira cidade a receber os Jogos, por uma questão política e ideológica (tanto em relação ao apelo à tradição como seu particular interesse pela Grécia Antiga e Moderna) decidiu-se que a primeira edição aconteceria em Atenas em uma homenagem aos Jogos Olímpicos da Antiguidade. Naquele momento, a gestão para a realização dos Jogos Olímpicos envolvia muitos interesses de ordem institucional visto que a realização da competição dependia diretamente do apoio do país que sediaria o evento, independente da vontade dos idealizadores do Olimpismo.

A nomeação de Vikelas como presidente da entidade precisa ser vista sob esse aspecto. Indicado por Joannis Fokianos, presidente da Sociedade de Ginástica Pan-Helênica, ativo participante do primeiro Congresso do COI, Vikelas foi confirmado como presidente quando Atenas conquistou o direito de sediar a primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e, conseqüentemente, deveria cumprir a regra estipulada por Coubertin<sup>12</sup>.

Em sua biografia oficial, o COI indica que sua primeira relação com o esporte foi, por ocasião do Congresso realizado em Paris (1894), representante da Grécia do Clube de Ginástica Pan-Helênico. Destaca-se que foi um dos responsáveis por convencer o Comitê a realizar a primeira edição em Atenas (1896) e não em Paris (1900) como estava previsto. Mas, como naquele momento o COI estava em formação e Vikelas não integrava o mundo esportivo são escassas as informações a seu respeito. Após sua breve passagem pela presidência do COI deixou o quadro de membros em 1899 e em 1905 participou do Congresso Olímpico de Bruxelas.

A TABELA 1 apresenta a relação de todos os presidentes do COI:

TABELA 1 - Presidentes do COI.

\*Atuou como vice-presidente de 1942-1946;

\*\* Ao final dos oito anos iniciais pode ser renovado por mais quatro anos.

Fonte: Atualizado, ampliado e adaptado de KRUGER<sup>8</sup> (p. 5).

Nome	País de origem	Tempo de vida	Membro do COI desde	Tempo de presidência	Anos à frente da presidência
Demetrius Vikelas	Grécia	1835-1908	1894	1894-1896	2 anos
Pierre de Coubertin	França	1860-1937	1894	1896-1925	29 anos
Henri de Baillet-Latour	Bélgica	1876-1942	1903	1925-1942	17 anos
Johannes Sigfried Edström	Suécia	1870-1964	1921	(1942*) 1946-1952	10 anos
Avery Brundage	Estados Unidos	1887-1975	1936	1952-1972	20 anos
Lord Killanin	Irlanda	1914-1999	1952	1972-1980	8 anos
Juan Antonio de Samaranch	Espanha	1920-2010	1966	1980-2001	21 anos
Jacques Rogge	Bélgica	1942	1991	2001-2013	12 anos
Thomas Bach	Alemanha	1953	1991	2013-2021**	8 anos

Pierre de Coubertin foi o segundo presidente do COI e o mais longevo de todos, permanecendo no poder por 29 anos. Nesse período em que esteve à frente da entidade, buscou dar aos Jogos Olímpicos uma identidade própria, uma vez que algumas das primeiras edições da competição ocorreram como anexo das Exposições Universais (Paris, 1900 e Saint Louis, 1904).

Seguindo o que havia estabelecido ao final dos Jogos Olímpicos de 1896, o presidente do COI deveria ser do país sede e por essa condição Coubertin assumiu o cargo por ocasião dos Jogos Olímpicos de Paris de 1900. Uma de suas maiores realizações foi internacionalizar os novos esportes para que pudessem compor o programa olímpico e ampliar o número de membros do COI habilitados a seguir e divulgar os objetivos e filosofia do Olimpismo relacionados ao esporte educacional<sup>13</sup>. A independência e autonomia do Movimento Olímpico era questão norteadora do esforço de Coubertin para constituir o grupo mandatário. Por isso concebeu um sistema de organização e gestão no qual os membros do COI eram convidados a participar do Comitê pelos membros mais velhos e graduados<sup>14</sup>. Subjacente a esse procedimento estava a necessidade de organizar um influente grupo, composto pelos membros ricos de diferentes nações, especialmente da Europa, para que pudesse garantir a realização dos Jogos Olímpicos<sup>15</sup>.

A exaltação de suas ideias e ao seu papel de grande artífice dos Jogos podem ser vistos na biografia oficial pelo destaque às suas realizações e adjetivos para qualificar suas ações. Assim o site do COI refere-se ao grande idealizador dos Jogos:

Também é a ele que devemos toda a organização dos Jogos Olímpicos, que se beneficiaram de sua mente metódica e precisa, e de sua ampla compreensão das aspirações e necessidades dos jovens. A Carta

Olímpica e Protocolo, bem como o juramento dos atletas são o seu trabalho, juntamente com o cerimonial de abertura e encerramento dos Jogos. Além disso, até 1925 ele pessoalmente presidiu o Comitê Olímpico Internacional. O título de Presidente de Honra dos Jogos Olímpicos foi concedido a ele em 1925 até sua morte em 1937. Foi decidido que a nenhum outro presidente seria jamais concedida essa honra novamente. O renascimento dos Jogos Olímpicos representa apenas uma pequena parte do trabalho de Barão de Coubertin. Além de inúmeras publicações dedicadas à técnica e ao ensino do esporte, ele foi o autor de importantes estudos históricos, políticos e sociológicos. Suas obras totalizam mais de 60.000 páginas. Ele faleceu em 2 de setembro de 1937 em Genebra (Suíça) depois de ter investido toda a sua fortuna em seus ideais. Ele é considerado um dos grandes homens do século XX. De acordo com seus últimos desejos, seu coração foi enterrado em Olímpia (Grécia), no monumento de mármore que comemora o renascimento dos Jogos Olímpicos<sup>11</sup>.

Um dos problemas que o Movimento Olímpico enfrentou e ainda enfrenta em seus mais de 100 anos de existência diz respeito à participação dos atletas nas competições olímpicas. Coubertin valorizava a participação do indivíduo, independentemente de seu país de origem<sup>15</sup>. Isso porque ele entendia que as relações políticas definiriam os membros do COI e também a escolha das futuras sedes olímpicas. Daí o sistema representativo de seus dirigentes ser denominado “representatividade reversa”, ou seja, os membros do COI são embaixadores do Olimpismo em seus países de origem e não representantes de seus países junto ao COI<sup>16</sup>.

Além do presidente, o COI possui membros que compõem o Comitê Executivo e são as decisões desse grupo que estabelecem as diretrizes dos esportes olímpicos no mundo. TAVARES<sup>16</sup> afirma que a entidade “foi estruturada por seu fundador em bases formalmente não democráticas, o que sempre se configurou num foco de tensão, críticas e controvérsias” (p. 34), com o objetivo de preservar os seus valores e ideais. O Comitê Executivo do COI foi criado por Pierre de Coubertin, em 1921, durante a 19ª sessão da entidade e composto apenas por europeus (o primeiro Comitê Executivo foi composto por Godefroy de Blonay da Suíça, Jiri Guth-Jarkowsky da Bohemia, Conde Baillet-Latour da Bélgica, J. Sigfrid Edström da Suécia e Marquês de Melchior de Polignac da França)<sup>17</sup>.

É preciso salientar que as bases não democráticas indicadas por TAVARES<sup>16</sup> podem ser percebidas pelo olhar de quem não participava desse processo, pois segundo o próprio Coubertin, a escolha inicial dos membros do COI não teve restrições. Ele apenas indicou os membros que eram próximos e partilhavam de seu projeto, mesmo diante da ausência da maioria deles na conferência em que ficou decidido pelo restabelecimento dos Jogos Olímpicos<sup>18</sup>.

O argumento de TAVARES<sup>16</sup> ao entender que o COI é uma entidade não democrática funciona quando se pensa na estrutura criada de fora para dentro. Se os membros na formação do COI, em sua maioria, eram europeus (12 dos 15 membros vinham da Europa) pode-se falar, conforme afirma o autor, em uma organização não democrática e eurocêntrica, embora se responsabilizasse por controlar as ações do esporte em âmbito mundial. Porém, ao se analisar o discurso de Coubertin sobre a organização de poder do COI observa-se que seu entendimento sobre o processo foi por princípio democrática (“não houve restrições”), uma vez que não houve questionamentos ou ressalvas sobre a composição de seus membros indicados. Ao contrário, essa medida fez com que se restringisse a participação daqueles que não eram considerados como signatários dos ideais do Movimento Olímpico.

Durante a presidência de Coubertin foram realizados seis Congressos Olímpicos (1897-1921). Se nesse total for incluído o primeiro deles realizado em 1894 sendo o grande articulador para a formação do COI, mais de 50% dos Congressos realizados, que tinham por objetivo discutir os rumos do Movimento Olímpico, foram influenciados pelo pensamento de Coubertin. Segundo MÜLLER<sup>19</sup>, os Congressos tinham como principal função promover os ideais

olímpicos. Por ocasião de sua morte, pontuou-se o seu papel de educador exaltando suas ações no esporte e na educação. Assim o jornal *O Estado de S. Paulo* reproduzia uma nota telegráfica vinda de Berna, na Suíça:

Desaparece, assim, a figura de maior projecção mundial no esporte moderno e que será sempre, decerto, lembrada como a do educador que formulou e conseguiu realizar, pelo menos em parte, os mais nobres ideais não só da educação physical, especialmente, mas também da educação geral<sup>20</sup>.

O belga Henri Baillet-Latour foi o terceiro presidente do COI (37º membro do COI) e durante a sua presidência aconteceu apenas um Congresso Olímpico em 1925. Foi o fundador do Comitê Olímpico da Bélgica, organizou o Congresso de Bruxelas em 1905 e a participação do país nos Jogos de 1908 e 1912<sup>15</sup>. Em 1922, aconteceu no Rio de Janeiro os Jogos Latino-Americanos. Embora Latour fosse um crítico da realização do evento no Brasil reconheceu que a América Latina representava um interessante espaço para a difusão dos princípios olímpicos<sup>21</sup>.

Sucessor de Coubertin, Latour assumiu não apenas o comando do COI como teve que imprimir um estilo próprio e distinto do idealizador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Segundo KRÜGER<sup>8</sup>, sua gestão foi caracterizada pela moderação e pela divisão de tarefas enquanto seu antecessor conduziu o Movimento Olímpico de maneira pessoal. Certamente, por essa condição, o seu perfil apresentado pelo COI ressalta as qualidades e seu caráter nobre como forma de distinção:

[...] dedicou-se incansavelmente para manter os ideais olímpicos e objetivos. Ele se esforçou continuamente para manter o esporte livre da comercialização, e preservar a sua nobreza e beleza, a sua ‘raison d’être’. Ele pretendia adquirir uma opinião pessoal informado sobre todas as questões difíceis e viajou muito por todo o mundo, a fim de alcançar esse objetivo. [...] Um digno sucessor de Barão de Coubertin, ele será lembrado como um homem de caráter nobre, sinceramente dedicado à causa olímpica<sup>11</sup>.

Apesar da valorização de seus feitos, essa biografia oficial não revela que foi durante a sua presidência que o COI e a FIFA divergiram quanto às definições do amadorismo, gerando a saída do futebol do programa olímpico de 1932<sup>7</sup>. Em sua gestão aconteceram os Jogos Olímpicos de Berlim em 1936, e a disposição de Hitler de usar os Jogos Olímpicos para publicizar o nazismo obrigou Latour a se posicionar de maneira firme demonstrando grande

habilidade nas negociações com o ditador<sup>12-22</sup>.

O quarto presidente do COI foi o sueco Johannes Sigfried Edström (99º membro do COI). Sua gestão durou 10 anos (quatro como vice-presidente). O início de seu mandato ocorreu em meio a Segunda Guerra Mundial, momento em que os Jogos Olímpicos foram suspensos. Com o fim da Guerra atuou ativamente na realização e organização dos Jogos Olímpicos de Londres em 1948.

No campo internacional, foi um dos organizadores dos Jogos Olímpicos de Estocolmo, em 1912, e também participou dos Jogos de 1908, 1920, 1924, 1928, 1932 e 1936 como chefe da delegação sueca. Nos Jogos Olímpicos de 1912 ele assumiu a liderança na fundação da Federação Internacional de Atletismo Amador e foi eleito seu primeiro presidente (1913), cargo que ocupou até 1946. Em 1920 foi eleito membro do Comitê Olímpico Internacional na Suécia. Um ano depois, ele foi eleito para a Comissão Executiva do COI e depois como Vice-Presidente (1931-1946). Na sua qualidade de vice-presidente tornou-se chefe do Comitê Olímpico Internacional em 1946, com a morte do presidente, o Conde de Baillet-Latour<sup>11,23</sup>.

A presença de Edström representa um contraponto em relação a Coubertin e Latour. Como era o presidente da Federação Internacional Amadora de Atletismo - havia sido atleta dessa modalidade na juventude - foi responsável por transformá-la na mais importante Federação em cooperação com o COI<sup>15</sup>. Por conta dessa situação sua posição o colocava em conflito com o modo de pensar do fundador dos Jogos Olímpicos, que anos antes havia classificado as Federações como uma “lepra do esporte”<sup>8</sup>. Essa percepção de Coubertin se formou quando ele percebeu a força dos esportes que estavam estruturados em Federações Internacionais em relação aos que não possuíam uma organização desse tipo<sup>24</sup>.

No plano político Edström aproveitou do momento pelo qual passava o seu país, a Suécia, ao se manter neutra durante a Segunda Guerra Mundial, fato que o permitiu ter livre circulação na Alemanha e nos Estados Unidos durante esse período. Segundo SENN<sup>22</sup>, esse presidente entendia que o esporte poderia oferecer ao mundo um novo e melhor código moral.

O primeiro e único presidente do COI não europeu foi o norte-americano Avery Brundage (172º membro do COI). Disputou os Jogos Olímpicos de 1912 e entre as inúmeras menções positivas feitas pelo site do COI destaca-se o seu envolvimento com a administração esportiva tendo sido presidente da

União de Atletismo Amador dos Estados Unidos (sete mandatos), presidente do Comitê Olímpico dos EUA por 25 anos (1929-1953), presidente da Organização dos Jogos Pan-Americanos (ODEPA)<sup>11</sup>.

Para SENN<sup>22</sup>, a “Era Brundage” começou 20 anos antes de assumir a presidência do COI, durante a preparação para os Jogos Olímpicos de Berlim em 1936 quando se tornou membro do COI. O convite para integrar o quadro de membros do COI após ser considerado uma figura chave na participação dos norte-americanos apesar da iminência de um boicote. Naquele momento, Brundage era presidente do Comitê Olímpico dos Estados Unidos, cargo que ocupou entre 1929 e 1953.

No COI ocupou cargos importantes: a partir de 1940 presidiu a organização dos Jogos Pan-Americanos; foi vice-presidente (1946-1952) e assumiu a presidência em 1952 até 1972 quando se tornou presidente honorário vitalício (1972-1975). Após 20 anos no poder esperava-se que a saída de Brundage da presidência pudesse representar “[...] uma atitude mais flexível em relação ao problema do profissionalismo”<sup>25</sup>. Isso, porque, Brundage era um ferrenho defensor do amadorismo<sup>26</sup> e contrário à realização dos Jogos Olímpicos de Inverno<sup>27</sup>.

No balanço das duas décadas à frente da presidência do COI, Brundage teve que administrar uma série de conflitos. Lidou com os desdobramentos da Guerra Fria especialmente, a partir de 1952, quando as disputas entre Estados Unidos e União Soviética chegaram às competições esportivas; o boicote da Hungria aos Jogos Olímpicos de Melbourne de 1956, após ser invadida pela União Soviética, seguido por outros países; o protesto dos Panteras Negras nos Jogos do México em 1968 e o atentado ocorrido em Munique em 1972<sup>28</sup>. Após todo esse tempo no poder, a referência deixada por Brundage era de um ditador: “[...] a marca que o ex-presidente fez questão de deixar em seus vinte anos de atuação e que lhe valeu, algumas vezes, a qualificação de ditador: uma profunda aversão ao profissionalismo no esporte”<sup>29</sup>. De acordo com SENN<sup>22</sup>, os críticos de Brundage o consideravam ultrapassado especialmente quanto a questão do amadorismo, pois ao mesmo tempo em que era contrário a qualquer tipo de ganho financeiro dos atletas o COI começava a arrecadar verba com a venda de direitos televisivos referente aos Jogos Olímpicos.

No meio do mandato de Brundage houve uma mudança na composição dos membros do COI. Até 1966 eles eram eleitos membros vitalícios e poderiam, caso outros membros aceitassem, se tornar membros honorários, mas sem direito a voto. Depois de 1966,

os membros somente poderiam permanecer nessa condição até os 72 anos. O presidente permanecia por um mandato de oito anos com possibilidade de ser reeleito por mais quatro anos<sup>30</sup>.

Por ocasião de sua saída da presidência declarou que os ideais olímpicos iriam morrer e como prova disso apontava que o COI havia se posicionado contra ele quando ficou decidido pela exclusão da Rodésia (competiriam como cidadão rodesianos sob proteção da coroa britânica, mas como não apresentaram passaportes britânicos foram expulsos). Esporte e política não poderiam ser vistos como algo separado e o presidente do COI que não se atentasse a essa condição teria problemas para sua gestão.

[...] a vitória da África sobre a Rodésia representa ao mesmo tempo a derrota do ancião que dirige o COI. Durante 20 anos ele lutou contra a politização dos ideais olímpicos. Depois da sua derrota, talvez a mais amarga de sua gestão, deverá ser praticamente ‘impossível continuar mantendo a ficção de um ideal olímpico imaculado’<sup>31</sup>.

Com a saída de Brundage, Michael Morris ou apenas Lord Killanin que havia sido seu vice-presidente, assumiu a presidência do COI em 1972 para um mandato de oito anos<sup>32-33</sup>. Porém, antes de ser presidente do COI, Killanin foi eleito presidente do Comitê Olímpico da Irlanda em 1950 e dois anos depois se tornou um membro do COI (230º membro do COI).

“Conhecido por suas tendências liberais, o novo presidente do Comitê Olímpico Internacional é um nobre irlandês de 58 anos, jornalista, autor, produtor cinematográfico e empresário com interesses bancários e petrolíferos”<sup>34</sup>. Além disso, durante a universidade se dedicou ao boxe, remo e equitação. Esse foi o resumo de sua trajetória pessoal veiculado no jornal *O Estado de S. Paulo*, sendo ressaltado que era um nobre e, portanto, carregava os elementos esperados para ocupar a liderança do COI. Outro ponto de destaque foi a menção ao fato de ser considerado um liberal em clara oposição ao seu antecessor que era visto como um conservador.

Apesar de ter sido o segundo presidente que ficou menos tempo à frente do COI (o grego Vikelas foi o presidente que menos tempo ficou no cargo, apenas dois anos), seus oito anos foram intensos: “um período extremamente difícil”<sup>35</sup>. Enfrentou as consequências do assassinato dos atletas israelenses nos Jogos de Munique, dias antes da transição da presidência, uma vez que embora já eleito ainda não havia assumido a presidência do COI. Além disso, nos Jogos de Montreal em 1976 teve que administrar o

boicote de atletas de vários países africanos por causa do “apartheid” e o boicote liderado pelos Estados Unidos aos Jogos de Moscou em 1980. Não quis a reeleição por entender que oito anos era tempo suficiente à frente de uma presidência<sup>35</sup> e brincou ao dizer que a sua úlcera também o informava sobre sua decisão<sup>36</sup>.

Da criação do COI em 1894 até 1930 aconteceram nove Congressos Olímpicos e essa prática foi retomada apenas em 1973. A justificativa do presidente do COI, Lord Killanin, para esse longo interstício foi a eclosão da Guerra. O tema do Congresso foi o futuro do Movimento Olímpico, uma vez que no início da década de 1970 a questão relacionada à grandiosidade dos Jogos e a necessidade de reduzi-los, bem como a interferência dos fatos políticos na competição, constituíram-se como as grandes preocupações dos mandatários do Olimpismo.

Além desses itens que estavam na pauta do COI, Killanin ressaltou que após esses 43 anos desde a realização do último Congresso algumas mudanças significativas haviam ocorrido no COI. Os Comitês Olímpicos Nacionais passaram de 53 em 1930 para 131 em 1973. Nessa expansão, por exemplo, foi criado o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) em 1935<sup>37</sup>. Também houve o aumento do número de esportes de 18 em 1928 para 21 em 1972. Por fim, ressaltou que esse Congresso era uma ótima oportunidade para o COI olhar para si, para poder se modificar, se adaptar e melhorar<sup>38</sup>.

Em um discurso, Killanin ressaltou a importância do COI e dos Comitês Olímpicos Nacionais e das Federações Internacionais, no entanto, a questão do amadorismo permanecia como um ponto essencial a se resolver em futuro próximo. Isso porque em vários momentos o COI pediu ajuda para os Comitês Olímpicos Nacionais e as Federações Internacionais para que fossem cumpridas as regras olímpicas sobre a restrição aos atletas profissionais de participarem dos Jogos Olímpicos. Ao final de seu mandato afirmou que os atletas eram lembrados apenas quando subiam ao pódio e que muitos estavam, aos poucos, se tornando vítimas da exploração comercial e política. Também foi um dos poucos presidentes que afirmou existir o vínculo entre esporte e política, mas ressaltou que era preciso proteger o esporte da exploração política<sup>39</sup>.

O sétimo presidente do COI foi o espanhol Juan Antonio Samaranch (273º membro do COI)<sup>40</sup>. O site do COI o aponta como uma pessoa extremamente competente que conseguiu circular por várias comissões e com isso entender a lógica do Movimento Olímpico. Ingressou no COI em 1966 e dois anos depois se tornou chefe de protocolo. Dalí seguiu para

a Diretoria Executiva (1970) e para a vice-presidência da entidade (1974-1978). Em 1977, quando a Espanha restaurou as relações diplomáticas com a União Soviética, Samaranch tornou-se embaixador em Moscou (1977-1980). Foi eleito presidente do COI na 83ª sessão da entidade realizada antes do início dos Jogos de Moscou<sup>41-42</sup>. Durante os 21 anos de sua presidência, Samaranch consolidou-se como uma pessoa que mudou os rumos do Movimento Olímpico.

A partir do momento que ele assumiu o cargo, ele tentou dar uma nova direção para o Movimento Olímpico, que foi seriamente abalada pelas dificuldades políticas da XXII Olimpíada, e empreendeu uma longa viagem ao redor do mundo para estabelecer inúmeros contatos com os Chefes de Estado e líderes esportivos, e para defender a causa olímpica. Ele garantiu o status do COI como uma organização não governamental internacional e reestruturou as finanças (direitos de televisão, programas de patrocínio). Ele manteve a chama olímpica viva durante os anos de crise de boicotes (Moscou 1980 e Los Angeles 1984). Foi através de seus esforços que o Museu Olímpico foi construído em Lausanne (1993). Quando o COI se encontrava em crise, por causa de abusos de confiança por parte de alguns dos seus membros, ele realizou importantes reformas na estrutura da instituição<sup>11</sup>.

Entre as mudanças promovidas por Samaranch, ressalta-se a abertura para o profissionalismo, uma mudança significativa para a estrutura do COI. Isso alterou não apenas uma ordem de quase 100 anos que impedia a participação de atletas profissionais nos Jogos Olímpicos, mas também a comercialização dos Jogos com a abertura para os investimentos financeiros em um espetáculo altamente rentável<sup>43-44</sup>.

Para SIMSON e JENNINGS<sup>45</sup>, existe uma contradição na figura de Samaranch. Enquanto é ovacionado como um grande transformador dos Jogos Olímpicos, a sua história de vida o afasta dos ideais olímpicos que se posicionam contra a discriminação e o distanciamento da política no esporte. Isso porque durante 40 anos foi um defensor dos ideais do ditador espanhol Francisco Franco, sendo “[...] membro fascista do Conselho da Cidade de Barcelona, presidente do Conselho Regional Catalão e, por algum tempo, ministro dos esportes fascista” (p. 83).

Seguindo a linha de Killanin, que não desconsiderava a relação entre esporte e política, para Samaranch “Esporte e política estão ligados e por isso a filosofia olímpica deve servir-se da política e não converter-se em seu instrumento”<sup>46</sup>. Esse uso da política foi percebido por Samaranch

quando enfrentou o boicote soviético nos Jogos de Los Angeles e nessa ocasião pediu “[...] aos governantes de todo mundo para que lutem contra a interferência da política no esporte”<sup>47</sup>. No entanto, SIMSON e JENNINGS<sup>45</sup> apontam que Samaranch utilizou-se dessa relação exatamente como um instrumento de suas ações na presidência do COI.

Durante a gestão de Samaranch, em 1998, houve a exclusão de sete membros e outros quatro que se demitiram após as denúncias de corrupção na escolha da sede dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2002 que aconteceria na cidade americana de Salt Lake<sup>48</sup>.

Jacques Rogge (385º membro do COI) foi o oitavo presidente do COI<sup>40</sup>. Como atleta da vela disputou os Jogos Olímpicos de 1968, 1972 e 1976. Foi presidente do Comitê Olímpico da Bélgica (1989-1992), membro do COI em 1991 e membro do Comitê Executivo em 1998. Sua biografia oficial ainda traz elementos pessoais que sugere a ideia de ser uma pessoa de “boa família”, pois é casado e possui dois filhos<sup>11</sup>.

A mudança de poder das mãos de Samaranch para Rogge fez com que mais de 30 comissões e grupos permanentes de trabalho da época do presidente espanhol fossem, segundo CHAPPELET e KÜBLER-MABBOTT<sup>49</sup> (p. 24), reduzidas para cerca de 25<sup>49,a</sup>. Em sua gestão a questão central recaiu sobre a preocupação em promover a prática esportiva e para isso criou os Jogos da Juventude, competição que busca atrair os jovens atletas com habilidades para serem olímpicos. Outra questão nevrálgica da gestão de Rogge foi o aumento do compromisso dos países com a realização dos Jogos Olímpicos, levando esse modelo quase ao esgotamento.

O nono presidente do COI também é europeu. Thomas Bach (387º membro do COI) foi eleito na 125ª sessão da entidade para um mandato de oito anos com possibilidade de renovação por mais quatro anos<sup>11</sup>. Dentro do COI passou por vários cargos e há 13 anos era vice-presidente<sup>50-51</sup>. Sua biografia oficial transita de aspectos pessoais, da época de atleta e profissionais na gestão do esporte:

Casado e advogado de profissão, ele teve uma carreira de sucesso no esporte e fora dele. Ele se tornou um campeão olímpico da esgrima nos Jogos da XXI Olimpíada em Montreal em 1976 e em 2006, foi nomeado como o presidente fundador da Confederação Alemã Esportes Olímpicos (DOSB). Thomas Bach era representante no XI Congresso Olímpico, em Baden-Baden (1981) e membro fundador da Comissão dos Atletas do COI. Ele se tornou membro do COI em 1991, foi eleito como membro do Conselho Executivo do COI



em 1996 e atuou como vice-presidente do COI por mais de 10 anos. Ele também presidiu várias comissões do COI<sup>a</sup>.

Em seu discurso de posse disse que seu lema na condução do COI será “unidade na diversidade”<sup>b</sup>. Ainda em seu primeiro ano de mandato, preocupado com a inviabilização da estrutura dos Jogos Olímpicos, busca diálogo para alterar o atual modelo de competição, sem ainda saber ao certo quais os rumos essa discussão tomará<sup>c</sup>.

Segundo MACDONALD<sup>52</sup>, ao longo dos anos o COI tornou-se uma entidade rica, composta por membros influentes e com grande reconhecimento internacional, seja por meio de seus símbolos (anéis olímpicos)<sup>d</sup>, pela periodicidade do evento que possibilitou atrair o interesse da televisão e pelo grande número de filiados.

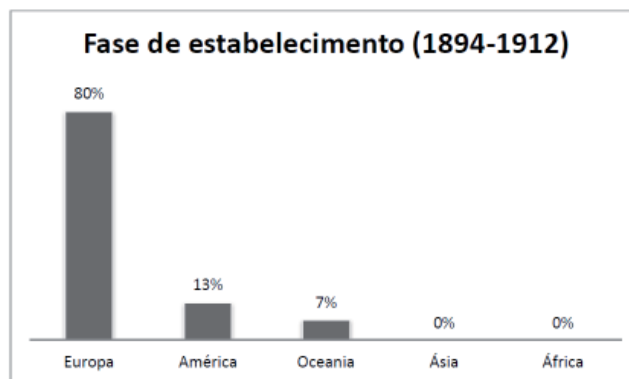
### Os membros do COI

Desde a sua formação, a partir do levantamento do continente a qual pertencem e pertenceram os integrantes do COI, pode-se afirmar que o

COI é uma entidade formada majoritariamente por membros europeus. Para tanto realizamos uma intersecção entre as informações acerca da origem dos membros a partir da proposta de periodização histórica do Movimento Olímpico feita por RUBIO<sup>7</sup>, onde os Jogos Olímpicos da Era Moderna foram originalmente divididos em fase de estabelecimento (de Atenas 1896 a Estocolmo 1912); fase de afirmação (de Antuérpia 1920 a Berlim 1936); fase de conflito (de Londres 1948 a Los Angeles 1984) e fase profissional (de Seul 1988 até os dias atuais) (FIGURAS 1 a 4). A presente proposta altera em um aspecto a periodização produzida por RUBIO<sup>7</sup>: ampliamos os anos que abrangem cada uma das quatro fases pelo fato de termos incluído o período de definições internas do COI e não termos delimitado apenas ao ano de cada edição.

Por meio da proposta de periodização é possível analisar as relações de poder estabelecidas a partir da distribuição dos membros do COI. Desse modo, por continente, tem-se a seguinte configuração:

FIGURA 1 - Fase de estabelecimento - membros do COI (1894-1912).

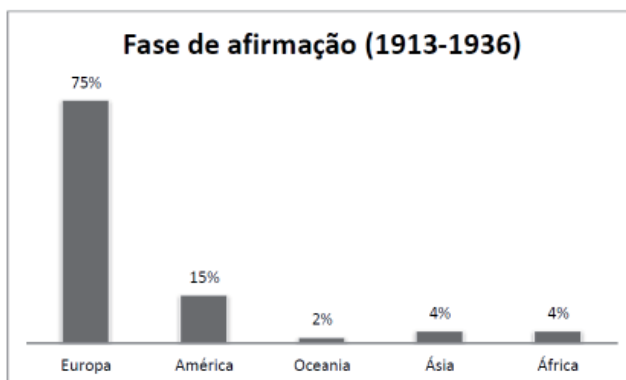


Os 13% relativos aos países da América estão distribuídos entre Estados Unidos (a partir de 1894), Argentina (1894), México (1901), Peru (1903), Canadá (1911) e Chile (1912).

Embora para RUBIO<sup>7</sup>, por se referir somente às edições dos Jogos Olímpicos coloque a segunda fase a partir de

1920, os dados abaixo mostram os membros do COI a partir de 1913. Durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o quadro do COI diminuiu de 53 para 48 membros, do primeiro para o segundo ano de conflito, mantendo-se praticamente estável até o final da Guerra.

FIGURA 2 - Fase de afirmação - membros do COI (1913-1936).



Em relação ao período anterior, houve um aumento da participação da América junto ao COI. Passaram a fazer parte como membros do Comitê os seguintes países: Brasil (1913), com a entrada de Raul de Rio Branco (82º membro do COI, 1913-1938)<sup>53</sup>, Cuba (1913), Equador (1920), Uruguai (1921).

A terceira fase proposta por RUBIO<sup>7</sup> é a de conflito que contempla os Jogos de Londres 1948 até um ano antes dos Jogos de Los Angeles 1984. Para montagem do gráfico e da tabela abaixo foram considerados os anos em que os Jogos foram interrompidos devido à Segunda Grande Guerra Mundial.

FIGURA 3 - Fase de conflito - membros do COI (1937-1983).

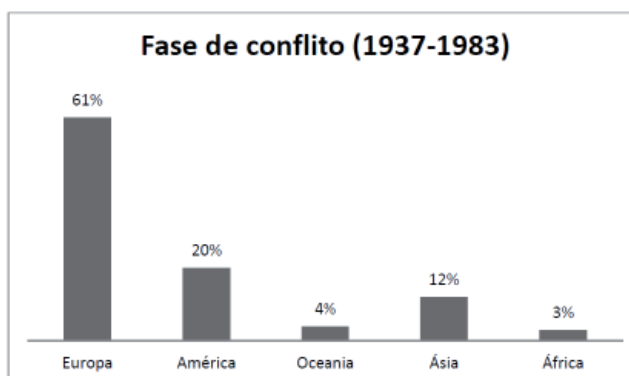


FIGURA 4 - Fase profissional - membros do COI (1984-2013).



A última fase proposta por RUBIO<sup>7</sup> é a do profissionalismo que se inicia em 1988 e permanece até os dias atuais. Embora a autora tenha considerado apenas as edições dos Jogos Olímpicos, o período em questão foi ampliado por se considerar que cada edição funciona como um elemento central das decisões tomadas durante os anos anteriores nas reuniões do COI. Os Jogos de Los Angeles foram deslocados para essa fase devido à entrada dos atletas profissionais no futebol<sup>54</sup>.

As informações sobre qual continente pertencem os membros do COI são significativas quando mostram que a entidade foi e continua a ser majoritariamente europeia. Apesar dos números apresentados nos quatro gráficos (FIGURAS 2 a 4) indicarem uma queda em relação à porcentagem do número de membros europeus, o que significa o aumento da presença de outro continente, como é o caso da Ásia, sempre houve uma maioria europeia e mesmo com a diminuição nunca ficaram abaixo de um terço dos integrantes.

Ao analisar essa conjuntura, não é de se estranhar que das 30 edições olímpicas (contando Rio de Janeiro 2016 e Tóquio 2020 e os Jogos Intermediários de Atenas 1906) que 15 cidades-sede foram da Europa; sete da América (com larga vantagem para os Estados Unidos com quatro edições, uma para Canadá, México e Brasil, sendo que essa distribuição desigual também é encontrada por meio da nacionalidade os membros da entidade); seis da Ásia e dois da Oceania. Ou seja, as cidades escolhidas para receber o evento representa, não somente o predomínio europeu constatado tanto na presidência quanto na origem dos membros do COI, mas também que a relação circular desse poder permitiu esse predomínio europeu. Sem apoiar outras sedes, a ideia de rotatividade não se concretizaria. Um primeiro olhar para a três primeiras figuras pode sugerir que a maioria europeia não necessitava do apoio de membros de outros países, pois detinha mais de 50% dos integrantes. Porém, fazer essa análise dos dados sem investigar os contextos específicos é um risco, afinal, essa configuração alterou-se a cada candidatura, pois mais de um país europeu poderia se candidatar para ser sede. Nesse caso, o apoio conseguido por determinada cidade poderia representar a vitória na disputa final. Por exemplo, para os Jogos de 1936 duas cidades europeias se inscreveram na disputa: Berlim e Barcelona, sendo a cidade alemã escolhida por 43 votos contra 16 para a cidade espanhola. Ou em outros casos, como na disputa para sediar os Jogos de 1956, quando nenhuma das nove cidades era da Europa (Melbourne venceu Buenos Aires, Los Angeles, Detroit, Cidade do México,

Chicago, Mineápolis, Filadélfia e São Francisco).

Nesse jogo do poder a troca de votos concede o direito de sediar os Jogos Olímpicos e revela o que FOUCAULT<sup>55</sup> (p. 51) denominou de teoria da dominação estabelecida por meio das relações de poder. Essa teoria é fundamental para entender como aconteceram as relações entre os membros das entidades para definir o voto de cada um. Nesse caso, sujeitar-se a uma condição de dominação revelou ser uma estratégia para, ao longo dos anos, conseguir a ampliação do número de membros representantes de seu país. Ou seja, essa subordinação em aceitar a condição de dominação funcionou como uma dinâmica de todo o sistema da entidade, pois somente por meio dela é que os membros dos países periféricos poderiam conquistar alguma posição de poder dentro da estrutura. Em troca do apoio por meio do voto a favor das potências, os países periféricos do cenário esportivo tiveram a promessa de que em algum momento teriam mais representantes e com isso o direito de sediar os grandes eventos esportivos. Por isso FOUCAULT<sup>56</sup> reforça que o poder somente funciona em cadeia e está em circulação fazendo com que as pessoas possam exercer este poder e, também, serem afetadas por ele.

O fato é que ao reconstituir a genealogia dos presidentes do COI pudemos entender um dos aspectos de como se constituiu a formação da entidade e, conseqüentemente, do campo esportivo<sup>3</sup> do COI. A periodização proposta por RUBIO<sup>7</sup>, e ampliada para a nossa análise, funcionou como um pilar para a produção de inferências referentes a fase que cada presidente esteve no cargo. Porém, é preciso ressaltar que ao mapearmos os membros do COI em cada fase permite olhar e analisar o Movimento Olímpico de uma forma macro, mas esses números, apesar de indicarem uma superioridade europeia na composição de seus membros não permite inferir, de forma micro, quanto as possíveis divergências dentro do grupo majoritário, por exemplo, perdendo-se assim as relações e decisões que foram construídas a partir de rupturas e continuidades.

A predominância europeia presente no COI acabou por estabelecer uma posição de dominação em relação aos demais membros da entidade. Essa dominação não é feita somente pela existência do presidente, mas nas relações entre os próprios membros. É nessa relação entre os membros que o poder do presidente é legitimado, uma vez que as deliberações e propostas são tomadas dentro de uma estrutura coletiva, onde os demais membros legitimam essas decisões.

Diante da constituição do quadro dos integrantes do COI ao longo do tempo, em que a maioria dos votos procedem de representantes de países europeus, não é de se estranhar que o papel político dos membros das entidades torna-se a primeira ação para angariar apoio para o país ou cidade como futura sede. Além do pequeno número de presidentes eleitos, a presença majoritária de europeus revela quem comandou e comanda o esporte em escala mundial. Porém uma nova ordem mundial esportiva leva ao empoderamento de países das regiões periféricas do passado, tais como a América do Sul, África e Ásia, tornando os votos desses continentes imprescindíveis para a eleição dos novos presidentes.

Nessa estrutura do COI, os votos são realizados pelos membros da entidade. Embora atualmente existam membros de todos os continentes, ao longo da história olímpica nunca houve uma igualdade numérica entre os membros de cada país ou continente. Essa desigualdade gera uma concentração de poder entre os membros com maior número de representantes e essa condição faz com que várias alianças sejam estabelecidas a fim de obter mais votos para um determinado representante.

Sob essa perspectiva das alianças dos presidentes e seus membros é possível se fazer uma analogia da estrutura do COI com um brinquedo chamado popularmente de Cubo Mágico, também conhecido por Cubo de Rubik<sup>56</sup>. Nesse brinquedo, um quadrado com seis faces de diferentes cores (amarelo, azul, branco, laranja, vermelho e verde) o objetivo é que ao mesmo tempo cada face possua apenas uma cor. Nessa analogia com o COI podemos caracterizar os cinco continentes com uma cor e a restante representaria o COI. Como o objetivo é fazer com haja apenas uma cor por face, é possível considerar as ações em movimentar os pequenos quadrados como representando as relações

internas e externas de cada continente. Ao mover uma peça altera-se diretamente a configuração da face movimentada - no caso, um continente - e pode afetar outra face, portanto, outros continentes.

As ações nunca são isoladas, pelo simples fato das peças (continentes) pertencerem a uma mesma estrutura (COI). Os movimentos das peças, fazendo com que as cores se misturem, representam as articulações dos membros do COI em busca de apoio para determinadas candidaturas. A definição da escolha acontece quando cada uma das faces está com apenas a sua cor. Estabelecida a ordem das cores, o brinquedo está pronto para ser recomeçado e, nesse caso, representa o início de uma nova disputa para sediar os Jogos Olímpicos.

Por meio dessa analogia com o Cubo Mágico é possível entender que os membros do COI têm acesso ao fluxo de poder que se estabelece a cada disputa para sediar os Jogos, além de saber o número de membros que poderiam votar e quem eles tradicionalmente apoiariam ao longo dos anos. Essa dinâmica estrutural do COI amparada nos ideais de nobreza e princípios gerais canalizados por meio do discurso em torno do “espírito olímpico” tem permitido uma série de ações que facilitam a corrupção corporativa no esporte<sup>57</sup>.

Ou nas palavras de FOUCAULT<sup>55</sup> é preciso entender o funcionamento do poder e não olhar somente o poder em seu centro. Desse modo, se o poder circula em diferentes instâncias associado ao fato de haver um pequeno número de membros votantes faz com que exista a formação de uma série de alianças e trocas de favores distanciando o sistema da razão primeira de ser do Olimpismo que visava “um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais”<sup>58</sup> (p. 8).

## Notas

- a. As comissões estão divididas em: “Juridical Affairs, Athletes, Nominations, Co-ordination of the Games (a separate commission for each of the coming three or four editions), Culture and Education, Television rights and New Media, Ethics, Women and Sport, Finance, Marketing, Medicine, Philately and Memorabilia, Press, Programme of the Olympic Games, Radio and Television, International Relations, Sport and Law, Sport and Environment, Olympic Solidarity and Sport for all. The chairs of the various commissions - all entrusted to an IOC member - are highly sought after since they enhance that member’s profile. The chairpersons of the most important commissions (Juridical Affairs, Finance, Marketing, Olympic Solidarity) are often members of the Executive Board”.
- b. Thomas Bach’s speech following his election as IOC President. [citado 29 nov. 2014]. Disponível em: [http://www.olympic.org/Documents/IOC\\_Executive\\_Boards\\_and\\_Sessions/IOC\\_Sessions/125\\_Session\\_Buenos\\_Aires\\_2013/President\\_election\\_Thomas\\_Bach\\_speech.pdf](http://www.olympic.org/Documents/IOC_Executive_Boards_and_Sessions/IOC_Sessions/125_Session_Buenos_Aires_2013/President_election_Thomas_Bach_speech.pdf).

- c. Essa questão está em debate no momento em que esse artigo estava sendo escrito. Embora não haja ainda os resultados dessa reunião é relevante apontar que esse tópico está entre as preocupações do COI. [citado 1 dez. 2014]. Disponível em: [http://www.olympic.org/Documents/Olympic\\_Agenda\\_2020/Olympic\\_Agenda\\_2020-20-20\\_Recommendations-ENG.pdf](http://www.olympic.org/Documents/Olympic_Agenda_2020/Olympic_Agenda_2020-20-20_Recommendations-ENG.pdf).
- d. Embora o autor aponte somente os anéis olímpicos, podemos incluir nessa lista a pira, a tocha, os mascotes, as cerimônias de abertura e encerramento. Sob o ponto de vista comercial, todos esses símbolos são passíveis de serem comercializado e por isso são tratados como marcas registradas.

## Abstract

### The european hegemony on International Olympic Committee

Although the International Olympic Committee (IOC) has existed for more than a century, it has only had nine presidents in its history. The founder of the IOC Baron Pierre de Coubertin had proposed the internationalization of the entity. This has always been the discourse of the Committee, but little has been done to change the composition of its leadership. Historically there has been a predominance of European leaders and members. The proposal of this article is to make a comparative analysis of the official biographies of IOC presidents available on IOC website with the official documents of the IOC (the Olympic Bulletin and the official website), as well as newspapers of that time (Folha da Manhã, Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo). In summary we have identified other significant elements of each president's management criticism in newspapers different from the perfect image built by official discourse.

KEYWORDS: Olympic Movement; Presidents; Biographies; Olympic Games.

## Referências

1. Müller N. O olimpismo de Coubertin. In: Müller N, Todt NS. Pierre de Coubertin - 1863-1937: olimpismo - seleção de textos. Porto Alegre: EdUPUCRS; 2015.
2. Damo AS. Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Aderaldo & Rithschild; 2007.
3. Bourdieu P. Como é possível ser esportivo? In: Bourdieu P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero; 1983.
4. Aróstegui J. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: Edusc; 2006.
5. Bloch M. A apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001.
6. Le Goff J. História e memória. 5a ed. Campinas: Editora da Unicamp; 2003.
7. Rubio K. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. Rev Bras Educ Fís Esporte. 2010;24:55-68.
8. Krüger RA. The unfinished symphony: a history of the Olympic Games from Coubertin to Samaranch. In: Riordan J, Krüger A. The international politics of sport in the twentieth century. Londres: E& FN Spon; 1999.
9. Lucas JA. Olympic genesis: the Sorbonne Conferences of 1892 and 1894. Olympic Rev. 1974;85/86:607-10.
10. Rubio K. A função olímpica do pesquisador diante do livre pensar. Biblio 3w: Rev Bibliog Geogr Cienc Social. 2010; XV.
11. International Olympic Committee. The organisation. Lausanne: IOC. [citado 28 nov. 2014]. Disponível em: <http://www.olympic.org/about-ioc-institution?tab=Presidents>.
12. Buchanan I, Lyberg W. The biographies of all IOC Members. J Olympic Hist. 2009;17:43-5.
13. Buchanan I, Lyberg W. The biographies of all IOC Members. J Olympic Hist. 2009;17:48-52.
14. Rubio K. Medalhistas olímpicos brasileiros: memórias, histórias e imaginário. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2006.
15. Guttmann A. The olympics: a history of the Modern Games. 2nd ed. Champaign: Universtiy of Illinois; 2002.
16. Tavares OG. Esporte, movimento olímpico e democracia: o atleta como mediador [tese]. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; 2003.
17. International Olympic Committee. The Executive Board of the International Olympic Committee was instituted forty years ago. Bull Comité International Olympique. 1961;73:55.

18. Olympic Memoirs, by Pierre de Coubertin: the Paris Congress and the revival of the Olympic Games. *Olympic Rev.* 1976;101/102:156-63.
19. Müller N. Coubertin and the Olympic Congresses. *Olympic Rev.* 1981;167/168:516-20.
20. Esporte: Pierre de Coubertin. *O Estado de S. Paulo.* 3 set. 1937:11.
21. Santos DS. Avery Brundage, Pan-American Games, and entrenchment of the Olympic Movement in Latin America [tese]. Ontario: University of Western Ontario; 2015.
22. Senn AE. Power, politics and Olympic Games: a history of the power brokers, events, and controversies that shaped the Games. Champaign: Human Kinetics; 1999.
23. J. Sigfrid Edström: president of the International Olympic Committee from 1946 to 1952. *Bull Comité International Olympique.* 1964;86:86.
24. Krüger A. Forgotten decisions: the IOC on the Eve of World War I. *Olympika: International J Olympic Stud.* 1997; 6:85-98.
25. É o fim da Era Brundage. *O Estado de S. Paulo.* 22 ago. 1972:33.
26. Buchanan I, Lyberg W. The biographies of all IOC Members. *J Olympic Hist.* 2011;19:57-8.
27. COI expulsa jogador dopado; sua equipe fica. *O Estado de S. Paulo.* 11 fev. 1972:18.
28. Vinte anos de poder, um legado de conflitos. *O Estado de S. Paulo.* 22 ago. 1972:33.
29. Brundage sai; a marca fica? *O Estado de S. Paulo,* 25 ago. 1972:24.
30. *Comité International Olympique.* Newsletter. 1968;59:9.
31. Para a África, a vitória; para a Rodésia, vergonha. *Folha de S. Paulo.* 23 ago. 1972:26.
32. The 73rd session of the IOC. *Olympic Rev.* 1972;59:355.
33. Um lorde dirigirá o COI. *Folha de S. Paulo.* 24 ago. 1972:43.
34. Um lorde liberal, jornalista e magnata. *O Estado de S. Paulo.* 24 ago. 1972:39.
35. Killanin anuncia que não será candidato à reeleição no COI. *O Estado de S. Paulo.* 20 maio 1980:21.
36. Lord Killanin... Five years of presidency... and China. *Olympic Rev.* 1977;119:538.
37. The National Olympic Committees (continuation III). Brazil (1935). *Bull Comité International Olympique.* 1958;61:66.
38. *Olympic Review...* and 74th Session of the IOC. *Olympic Rev.* 1973;70/71:392.
39. Speech by Lord Killanin, President of the IOC. *Olympic Rev.* 1974;85/86:573.
40. International Olympic Committee. Biographies: members of the International Olympic Committee. Lausanne: IOC; 2012.
41. Samaranch, uma vitória tranquila no COI. *O Estado de S. Paulo.* 17 jul. 1980:24.
42. Samaranch foi eleito. *Folha de S. Paulo.* 17 jul. 1980; Esportes:26.
43. O adeus do senhor da Olimpíada. *O Estado de S. Paulo.* 22 abr. 2010; Esportes:E6.
44. Morte de Samaranch reabre polêmica. *Folha de S. Paulo.* 22 abr. 2010; Esporte:D6.
45. Simson V, Jennings A. Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas. São Paulo: Best Seller; 1992.
46. Samaranch. *O Estado de S. Paulo.* 16 nov. 1980:49.
47. Samaranch volta a insistir contra a política no esporte. *O Estado de S. Paulo.* 26 jul. 1984:23.
48. Suppo H. Reflexões sobre o lugar do esporte nas relações internacionais. *Contexto Int.* 2012;34:397-433.
49. Chappelet JI, Kübler-Mabbott B. The International Olympic Committee and the Olympic System: the governance of world sport. New York: Routledge; 2008.
50. Alemão é o sucessor de Rogge. *O Estado de S. Paulo.* 11 set. 2013; Esportes:A27.
51. Novo presidente do COI pede mais comunicação à Rio-2016. *Folha de S. Paulo.* 11 set. 2013; Esportes:D2.
52. MacDonald, GH. Regime creation, maintenance, and change: a history of relations between the International Olympic Committee and International Sports Federations (1894-1968) [tese]. Ontario: University of Western Ontario, School of Kinesiology; 1998.
53. Buchanan I, Lyberg W. The biographies of all IOC Members. *J Olympic Hist.* 2010;18:58-9.
54. Giglio SS. COI x FIFA: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte; 2013.
55. Foucault M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
56. Foucault M. Microfísica do poder. São Paulo: Edições Graal; 2011.
57. Jennings A. Investigating corruption in corporate sport: the IOC and FIFA. *Int Rev Sociol Sport.* 2011;46:387-98.
58. Carta Olímpica. Lausanne: Comitê Olímpico Internacional; 2001.

ENDEREÇO

Sérgio Settani Giglio  
Faculdade de Educação Física  
Universidade Estadual de Campinas  
Av. Érico Veríssimo, 701  
13083-851 - Campinas - SP - BRASIL  
e-mail: sergio@fef.unicamp.br

Recebido para publicação: 15/01/2015

Revisado: 28/05/2016

Aceito: 13/06/2016